

CPI desiste de ouvir Arraes e Roseana

BRASÍLIA — Na mais tumultuada de todas as reuniões secretas que já realizou, a CPI do Orçamento desistiu ontem à noite de convocar os deputados Miguel Arraes (PSB-PE) e Roseana Sarney (PFL-MA) para depor. Os nomes dos dois aparecem em documentos apreendidos na casa do diretor da Construtora Norberto Odebrecht em Brasília, Ailton Reis. Em um dos papéis, a empreiteira cita um pedido que Arraes teria feito à empreiteira: uma ajuda mensal de US\$ 30 mil para sua campanha eleitoral. Roseana é mencionada em listas de presentes e como participante de reuniões com diretores e lobistas da Odebrecht.

O deputado Maurício Najar (PFL-SP) foi quem lançou na reunião o assunto Arraes. Argumentou que ele deveria ser interrogado como foram os parlamentares que aparecem nos documentos da empreiteira ao lado de porcentuais. Aliados de Arraes, liderados pelo senador Ney Maranhão (PRN-PE), chegaram a impedir que Najar falasse. A mesa da CPI decidiu não convocar Arraes porque há cerca de um mês definiu que só seriam interrogados os políticos associados a porcentuais nos papéis. A mesma justificativa foi usada para dispensar Roseana de depor. O vice-presidente da CPI, deputado Odacir Klein (PMDB-RS), que estava presidindo a sessão, considerou a proposta de convocação de Arraes e Roseana matéria superada por se tratar de assunto já decidido.

Só um depoimento foi marcado para hoje, o do ex-ministro da Educação Carlos Chiarelli, acusado de participar do esquema de manipulação do Orçamento por ter liberado verbas de subvenções sociais para entidades indicadas pelos anões do Orçamento. Chiarelli será interrogado às 18 horas. Também foi decidido que será ouvido amanhã, ainda sem hora marcada, o ex-chefe da Casa Civil Henrique Hargreaves. No sábado, será a vez do deputado Ezio Ferreira (PFL-AM). A CPI descobriu que Ferreira movimentou cerca de US\$ 18 milhões nos últimos cinco anos em suas contas e recebeu US\$ 560 mil de empreiteiras.

LUCENA E BENEVIDES VÃO DEPOR POR ESCRITO

A sessão foi confusa e tomada muitas vezes pelo vozinho dos parlamentares. O presidente da

CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), teve um mal súbito, numa crise de labirintite, que passou logo depois que ele foi medicado. Também foi acertado que o líder do PMDB no Senado, Mauro Benevides (CE), poderá depor por escrito à comissão. A decisão foi tomada por 14 votos a 2. Foram contra o privilégio apenas os deputados Luiz Salomão (PDT-RJ) e Aloízio Mercadante (PT-SP). Benevides alegou que tem direito a prestar depoimento por escrito porque quando as irregularidades do Orçamento ocorreram ele era presidente do Congresso. O atual presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), também ganhou o direito de responder à CPI por escrito.